

Em resposta ao pedido de esclarecimentos formulado por Real JG Facilities, em relação ao Pregão Eletrônico nº 90021/2024, informamos o seguinte:

1) Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.

Resposta: Sim, há em vigor o contrato TRE-GO nº 68/2022, firmado com a empresa ABC Serviços Gerais, CNPJ: 08.531.933/0001-17.

2) Será necessário estabelecer um escritório na cidade onde os serviços serão prestados?

Resposta: Não há no edital previsão de estabelecimento de escritório na cidade de prestação dos serviços.

3) O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local ocasionalmente?

Resposta: O item 6.7 do Termo de Referência (Anexo I do edital) estabelece as formas de indicação e atuação do preposto.

4) É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?

Resposta: não.

5) A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?

Resposta: Os licitantes deverão elaborar a planilha de custos e formação de preços de forma a refletir os seus custos, observando as leis e demais normativos que regem cada uma das rubricas.

6) Propostas cadastradas acima do valor estimado serão desclassificadas?

Resposta: não há essa previsão no edital.

7) Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?

Resposta: 5% (cinco por cento).

8) Será aceito apenas atestado comprovando aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou será admitido um percentual mínimo que comprove a prestação de serviços de mão de obra?

Resposta: o item 13.1.6.1 do edital regulamenta a forma de aceitação dos atestados de capacidade técnica.

9) Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?

Resposta: Não

10) A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?

Resposta: o Termo de Referência estabelece que compete à contratada “11.18 Manter controle de ponto, conforme dispõe a legislação vigente”.

11) O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?

Resposta: o edital não se refere ao uso de relógio de ponto.

12) Pode ser usada a média de dias como base para o fornecimento do vales alimentação/transporte?

Resposta: reiteramos que na formulação da planilha de custos e formação de preços deverá ser respeitada a legislação que rege cada uma das rubricas.

13) Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no município?

Resposta: R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos).

14) A planilha de custos deve ser apresentada durante o registro da proposta ou somente será solicitada ao vencedor pelo pregoeiro?

Resposta: a planilha será solicitada pelo Pregoeiro ao licitante classificado em primeiro lugar após a fase de lances.

15) É necessário considerar o adicional de intrajornada?

Resposta: não há essa previsão no edital.

16) Existe a obrigação de fornecimento de uniformes?

Resposta: Sim. O item 9 do Termo de Referência (Anexo I do edital) disciplina o fornecimento de uniformes.

17) Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos?

Resposta: não há essa previsão no edital.

Era o que tínhamos a esclarecer.

Goiânia, 6 de maio de 2024.

Benedito da Costa Veloso Filho – Agente de Contratação